

**XXI CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS PARA A
MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO
PRIMEIRA PROVA
SEGUNDA ETAPA**

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO N. 1

Considere as seguintes proposições:

- I. Segundo a legislação processual civil, a competência é determinada no momento da propositura da ação, aplicando-se a regra da *perpetuatio iurisdictionis* às hipóteses de competência absoluta.
- II. O réu deverá alegar a existência de conexão em preliminar na contestação. Entretanto, como se trata de matéria de ordem pública, não se sujeita a preclusão.
- III. Segundo a lei processual civil, o foro comum ou geral para todas as causas não subordinadas a foro especial é o do domicílio do autor.
- IV. Como regra geral, a competência territorial e a competência determinada pelo valor da causa podem ser modificadas pelo acordo as partes, que poderão eleger foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações.
- V. Sentença transitada em julgada proferida por juiz relativamente incompetente é passível de impugnação por ação rescisória.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas uma proposição está correta;
- b) Apenas duas proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas quatro proposições estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 2

Considere as seguintes proposições:

- I. A capacidade processual é pressuposto de existência do processo. Como se trata de matéria de ordem pública, pode ser alegada a qualquer tempo e grau de jurisdição, devendo o juiz conhecê-la de ofício.
- II. Verificando a incapacidade processual, o juiz somente poderá extinguir o processo, sem resolução do mérito, depois de assinar à parte prazo razoável para sua regularização e se esta não sanar a irregularidade no prazo fixado.
- III. Segundo a lei processual civil, o advogado tem direito de examinar em cartório de justiça e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, sem exceção.
- IV. Embora a Constituição Federal somente tenha aludido à defesa pelo Ministério Público de interesses difusos e coletivos, a doutrina defende o entendimento de que também está legitimado a propor em juízo ação coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos, na condição de substituto processual.
- V. No procedimento sumário em nenhuma hipótese será admitida denunciação da lide.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão incorretas;
- b) Apenas quatro proposições estão incorretas;
- c) Apenas três proposições estão incorretas;
- d) Apenas duas proposições estão incorretas;
- e) Apenas uma proposição está incorreta.

QUESTÃO N. 3

Assinale a alternativa correta:

- a) Caso, ao examinar a petição inicial, o juiz constate a ausência de legitimidade de uma das partes, deverá determinar sua emenda.
- b) Extinto o processo sem resolução do mérito em razão da ausência de uma das condições da ação, não se permite a repositura da ação sem que o vício relativo à condição da ação faltante seja sanado.
- c) Caso seja proposta ação com mesmas partes e mesma causa de pedir de ação anteriormente ajuizada, notando o juiz que a segunda ação apenas reproduz um dos pedidos veiculados na primeira ação, não trazendo novo pedido, deverá determinar a reunião de causas, em razão da continência.
- d) A sentença proferida sem que tenha sido citado o réu é juridicamente inexistente, não chegando a transitar em julgado.
- e) Proferida sentença por juízo absolutamente incompetente, é cabível ação rescisória. Julgada procedente a ação rescisória, não deverá o Tribunal anular a sentença se constatar que o julgamento proferido pelo juízo incompetente está em consonância com o que estabelece súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO N. 4

Assinale a alternativa correta:

- a) O Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça adotam concepções distintas acerca da configuração do prequestionamento, no caso de rejeição dos embargos de declaração interpostos contra acórdão proferido por Tribunal local com o intuito de fazer suprir a omissão relativa a questão constitucional ou federal.
- b) A jurisprudência é pacífica em admitir a incidência do princípio da fungibilidade recursal quando, havendo dúvida objetiva e erro grosseiro, a parte interpõe apelação utilizando-se do prazo integral deste recurso, não observando o prazo do recurso de agravo, que é mais reduzido.
- c) A decisão que acolhe ou rejeita impugnação à execução de sentença é sempre impugnável por apelação.

- d) No caso de embargos de declaração, não deve a parte contrária ser ouvida, ainda que os embargos opostos tenham efeitos infringentes.
- e) Deve o juiz indeferir a apelação, quando a sentença apelada estiver em conformidade com súmula do tribunal competente para o julgamento da apelação.

QUESTÃO N. 5

Considere as seguintes proposições:

- I. O recurso adesivo é espécie de recurso que deve observar os mesmos requisitos de admissibilidade do recurso principal (por exemplo, quanto ao preparo).
- II. Embora não caiba recurso especial contra decisão final proferida nos juizados especiais cíveis, contra a mesma decisão é cabível recurso extraordinário (desde que demonstrados os demais requisitos de admissibilidade deste recurso, como, por exemplo, a repercussão geral da questão constitucional).
- III. É irrecorrível a decisão que determina a retenção de recurso extraordinário ou especial.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas a proposição II está correta;
- d) Apenas as proposições I e III estão corretas;
- e) Apenas a proposição I está correta.

QUESTÃO N. 6

Assinale a alternativa correta:

- a) Não ajuizada a ação principal no prazo a que se refere o art. 806 do CPC, deverá a ação cautelar ser extinta. Dispõe o art. 806 do CPC: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”.
- b) Faz coisa julgada a sentença que, no processo cautelar, reconhece a ocorrência de prescrição ou decadência.
- c) A liminar que antecipa efeitos da tutela deve ser executada em autos apartados, com base em certidão da respectiva decisão exeqüenda.
- d) Os embargos à execução fundada em título executivo extrajudicial, após a reforma da Lei 11.382/2006, devem ser apresentados não mais no prazo de dez dias, mas no prazo de quinze dias contados da data da intimação da penhora.
- e) Prepondera, na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a orientação segundo a qual o exeqüente não pode, em segunda hasta pública, arrematar o bem por valor inferior ao da arrematação.

QUESTÃO N. 7

A respeito das despesas processuais, assinale a alternativa correta:

- a) As despesas dos atos manifestamente protelatórios, impertinentes ou supérfluos serão pagas pela parte que os tiver promovido ou praticado, ainda quando não impugnados pela outra.
- b) Quem receber custas indevidas ou excessivas é obrigado a restituí-las, incorrendo em multa equivalente ao dobro de seu valor.
- c) Se o assistido ficar vencido, as custas processuais serão divididas igualmente entre ele e o assistente.
- d) Nos procedimentos de jurisdição voluntária, as despesas serão adiantadas pelos interessados.
- e) O réu que não argüir na sua resposta fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, será condenado nas custas a partir do saneamento do processo e perderá, ainda que vencedor na causa, o direito a haver do vencido honorários advocatícios.

QUESTÃO N. 8

Considere as seguintes proposições:

- I. Segundo a lei processual civil, se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, deverá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.
- II. Ausente controvérsia entre as partes a respeito de determinado pedido constante da petição inicial, deve o juiz, havendo requerimento do autor, antecipar a tutela respectiva.
- III. Admite-se que também o assistente, inclusive o simples, possa requer a antecipação da tutela de que tratam os artigos 273 e 461 do Código de Processo Civil.
- IV. A antecipação da tutela que tenha por objeto obrigação de entregar coisa não admite deferimento *inaudita altera pars*.
- V. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, a conversão em perdas e danos somente ocorrerá se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

QUESTÃO N. 9

Considere as proposições abaixo:

- I. O réu, na contestação, deve impugnar especificamente os fatos narrados na petição inicial, sob pena de se presumir verdadeiros os fatos não impugnados. No entanto, tal regra cede ante a existência de prova em contrário, pois o juiz, ao decidir a causa, apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes.
- II. Se não for apresentada contestação no prazo legal, ter-se-á preclusão temporal e reputar-se-ão verdadeiros os fatos narrados na inicial, exceto se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação; se o litígio versar sobre direitos indisponíveis; ou, ainda, se a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento público que a lei considere indispensável à prova do ato.
- III. Na hipótese de revelia, o autor poderá alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de nova citação do réu, até porque o revel pode intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.
- IV. Na exceção de incompetência, de impedimento ou de suspeição, a petição pode ser protocolizada no juízo de domicílio do réu, com requerimento de sua imediata remessa ao juízo que determinou a citação.
- V. A reconvenção deve ser apresentada no prazo para resposta do réu, simultaneamente com a contestação, devendo seu objeto ser conexo com o da ação principal ou com o fundamento da defesa. Na reconvenção não há citação, mas somente intimação do reconvindo na pessoa de seu advogado para que conteste a reconvenção.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas uma proposição está correta;
- b) Apenas duas proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas quatro proposições estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 10

Considere as seguintes proposições:

- I. A atribuição de um valor para a causa na petição inicial é indispensável, ainda que a demanda não possua qualquer conteúdo econômico.
- II. O Código de Processo Civil exige que o autor descreva na petição inicial os fatos, os fundamentos jurídicos e o fundamento legal do pedido, circunstância que revela que o sistema processual brasileiro adotou a denominada “teoria da substanciação” do pedido.
- III. É permitido ao autor cumular pedidos num mesmo processo, contra o mesmo réu, ainda que ausente conexão entre os pedidos.
- IV. Não se caracteriza julgamento *extra* ou *ultra petita* a condenação do réu ao pagamento de juros moratórios se não há na petição inicial pedido neste sentido. Todavia, silenciando a sentença quanto aos juros, estes não podem ser incluídos na liquidação.
- V. Quando o autor requerer o pagamento de prestações periódicas, caracteriza-se como *extra petita* a decisão que defere também as prestações periódicas vincendas sem que conste da petição inicial pedido expresso.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO N. 11

Considere as seguintes proposições:

- I. Segundo a teoria dos motivos determinantes, uma vez enunciados os motivos pelo seu agente, mesmo que a lei não tenha estipulado a necessidade de enunciá-los, o ato somente terá validade se os motivos efetivamente ocorreram e justificam o ato.
- II. A anulação e a revogação do ato administrativo podem ser feitas tanto pelo Judiciário como pela Administração.
- III. Em razão de que a revogação atinge um ato editado em conformidade com a lei, o ato revogador tem sempre eficácia *ex nunc*.
- IV. É nulo o ato administrativo praticado com desvio da finalidade, que se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Somente estão corretas as proposições I e IV;
- c) Somente estão corretas as proposições III e IV;
- d) Somente estão corretas as proposições I, II e III;
- e) Somente estão corretas as proposições I, III e IV;

QUESTÃO N. 12

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo a lei, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão contratar professor substituto e professor visitante por prazo determinado, observado o prazo máximo de dois anos.
- b) Segundo o entendimento dominante no Tribunal Superior do Trabalho, ao empregado de empresa pública, ainda que admitido mediante aprovação em concurso público, não é garantida a estabilidade prevista no art. 41, da Constituição Federal, que dispõe que “São estáveis após três anos de efetivo

exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.

- c) O servidor público civil ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais, vincula-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social.
- d) Os gestores locais do sistema único de saúde poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.
- e) Ao servidor público civil a lei assegura o direito à livre associação sindical, mas não lhe garante o direito à negociação coletiva.

QUESTÃO N. 13

Analise as seguintes proposições:

- I. Não se confundem com o poder de polícia as manifestações autoritárias da administração pública que, conquanto limitadoras da liberdade, promanam de vínculos ou relações específicas firmadas entre o poder público e o destinatário de suas ações.
- II. O poder de polícia caracteriza-se como um poder negativo, tendente que é a evitar um mal, proveniente da ação dos particulares.
- III. Por meio do poder de polícia normalmente se exige do particular uma abstenção, um *non facere*.
- IV. A Polícia Administrativa e a Polícia Judiciária se distinguem pelo fato de que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais, enquanto a segunda se preordena à responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas a proposição I está incorreta;
- c) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- d) Apenas a proposição II está incorreta;
- e) Apenas as proposições I e II estão incorretas.

QUESTÃO N. 14

Analise as seguintes proposições:

- I. O inquérito civil público é um procedimento privativo do Ministério Público.
- II. É obrigatória a instauração de inquérito civil público antes do ajuizamento de ação civil pública.
- III. Qualquer legitimado ao ajuizamento de ação civil pública poderá tomar dos interessados compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.
- IV. Quando o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente, bem como providenciará a remessa, sob pena de incorrer em falta grave, no prazo de 5 (cinco) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas três proposições estão corretas;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas uma proposição está correta;
- e) Todas as proposições estão incorretas.

QUESTÃO N. 15

Em relação à improbidade administrativa, é correto afirmar:

- a) Somente configuram atos de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429/92, aqueles que resultam em enriquecimento ilícito do agente administrativo.
- b) Configurado o ato de improbidade administrativo, não poderão ser aplicadas, de forma cumulativa, a perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos, sob pena de *bis in idem*, vedado pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Configura ato de improbidade administrativa o empréstimo de máquinas pertencentes ao Município para a abertura de estrada em propriedade particular, situada na zona rural, ainda que corram a expensas do particular os gastos com o combustível e com a mão-de-obra
- d) Não se aplicam as penalidades previstas na Lei 8.429/92 (que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional) aos administradores de entidades privadas que percebam subvenção pública, porque a lei se dirige unicamente ao agente público.
- e) Prescrevem em cinco anos após o término do exercício do mandato, cargo em comissão ou função de confiança, as ações de ressarcimento por danos causados por agente público.

QUESTÃO N. 16

Considere as seguintes proposições:

- I. São princípios constitucionais da Administração Pública: moralidade, impessoalidade, discricionariedade e legalidade.
- II. São princípios da Administração Pública: legalidade, eficiência, motivação, supremacia do interesse público.

- III. Nos termos estabelecidos na Constituição Federal, classificam-se como crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a probidade na administração.
- IV. Em face do princípio da continuidade do serviço público, empresas que contratam com a Administração Pública não podem invocar a *exceptio non adimpleti contractus* nos contratos que tenham como objeto a execução de serviço público.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições II e III estão corretas;
- e) Apenas a proposição I está correta.

QUESTÃO N. 17

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Serviços públicos propriamente ditos são os que a administração pública presta diretamente à comunidade, ante a sua essencialidade e necessidade para sobrevivência do grupo social e do próprio Estado, ao passo que serviços de utilidade pública são os que a administração, diante da conveniência e para facilitar a vida dos indivíduos, presta diretamente ou através de terceiros, nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários.
- b) No que tange à competência da União em matéria de serviços públicos, alguns lhe são privativos e outros comuns, sendo que nestes se permite a atuação paralela dos Estados-membros e Municípios. Como exemplos de serviços públicos de competência privativa da União, podem ser mencionados a defesa nacional, a emissão de moeda, o serviço postal, os serviços de telecomunicações em geral, os serviços de transporte interestadual e internacional.

- c) Na competência dos Municípios estão insertos, dentre outros, os serviços correspondentes a programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental, ordenamento territorial e o controle de uso, parcelamento e ocupação do solo urbano. Ainda, o Município tem competência para criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual.
- d) Serviço Público descentralizado é todo aquele em que o Poder Público transfere sua titularidade ou execução, por outorga ou delegação, a autarquias, fundações, empresas estatais, empresas privadas e consórcios públicos. Há delegação quando o Estado cria uma entidade e a ela transfere, por lei, determinado serviço público.
- e) São reservadas aos Estados-membros as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal.

QUESTÃO N. 18

Assinale a alternativa correta:

- a) A lei considera bens públicos de uso especial as estradas, ruas e praças.
- b) Os atos que lesem bens das sociedades de economia mista, em razão da natureza jurídica destas, não são passíveis de invalidação através de ação popular.
- c) A autorização de uso corresponde a contrato administrativo através do qual o Poder Público atribui a particular um bem público, para que o explore segundo sua destinação específica.
- d) Os bens públicos são, em regra, imprescritíveis e impenhoráveis, mas são sujeitos a oneração.
- e) Os bens públicos podem ser alienados, desde que satisfeitas as exigências administrativas e requisitos, através de venda, permuta, doação, dação em pagamento, investidura, legitimação de posse ou concessão de domínio, à exceção daqueles bens públicos destinados ao uso comum do povo e os destinados a fins administrativos especiais, enquanto tiverem afetação pública.

QUESTÃO N. 19

À luz das disposições legais que regulam a matéria e considerando a jurisprudência dominante no Tribunal Superior do Trabalho, examine as assertivas abaixo:

- I. Tendo sido contratados pelo regime da CLT, fazem jus os servidores públicos, inclusive aqueles da administração direta, autárquica e fundacional, à equiparação salarial prevista no artigo 461 da CLT, desde que presentes os requisitos ali estabelecidos. Segundo o art. 461, *caput*, da CLT, “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade”.
- II. O retorno do servidor público da administração direta, autárquica e fundacional à jornada inicialmente contratada não se insere nas vedações do art. 468 da CLT, sendo a sua jornada definida em lei e no contrato de trabalho ajustado entre as partes. Segundo o art. 468, *caput*, da CLT, “Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições, por mútuo consentimento, e, ainda assim, desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente dessa garantia.”
- III. A verificação do respeito ao direito ao salário mínimo não é apurável pelo confronto isolado do salário-base do servidor público com o mínimo legal, mas deste com a soma de todas as parcelas de natureza salarial recebidas pelo empregado diretamente do empregador.
- IV. O servidor público celetista da administração direta, autárquica ou fundacional é beneficiário da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição Federal, que dispõe que “São estáveis após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”.
- V. Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, em exercício na data da promulgação da Constituição Federal/88, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos mediante concurso público, são considerados estáveis no serviço público.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas uma proposição está correta;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas três proposições estão corretas;
- e) Apenas quatro proposições estão corretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO N. 20

Considere as seguintes proposições:

- I. Segundo o entendimento jurisprudencial, quando o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) houver declarado a inconstitucionalidade de determinada lei, podem os órgãos fracionários dos Tribunais adotar o entendimento do STF e nele fundamentar suas decisões em casos concretos posteriores, dispensando a submissão da questão de constitucionalidade ao seu próprio plenário ou órgão especial.
- II. O sistema brasileiro de controle da constitucionalidade das leis admite, no controle concentrado, a declaração de inconstitucionalidade com efeito *pro futuro*.
- III. Segundo a legislação vigente, não é admitido o instituto da intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade. Todavia, é permitida a manifestação de terceiros no processo, na condição de *amici curiae*, que tanto podem apresentar manifestação escrita como fazer sustentação oral.
- IV. Caberá argüição de descumprimento de preceito fundamental quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, desde que posteriores à Constituição.

- V. A medida liminar na argüição de descumprimento de preceito fundamental somente poderá ser concedida pela maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal, sendo vedada ao relator essa possibilidade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas uma proposição está correta;
- b) Apenas duas proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas quatro proposições estão corretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 21

Considere as seguintes proposições:

- I. Segundo a jurisprudência predominante no Supremo Tribunal Federal, em razão da competência atribuída pela Constituição Federal aos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local, não ofende princípios gerais da atividade econômica lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.
- II. O princípio da precaução é princípio fundamental do direito ambiental e está inscrito expressamente na legislação nacional.
- III. A criança, assim considerada pela lei a pessoa até catorze anos incompletos e o adolescente, assim considerada pela lei a pessoa entre catorze e dezoito anos de idade, têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- IV. A lei assegura prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos.
- V. São bens da União, dentre outros, as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

QUESTÃO N. 22

Considere as seguintes proposições:

- I. Compete ao Supremo Tribunal Federal julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, mesmo quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
- II. Prevê a atual Constituição Federal que os magistrados deverão residir na respectiva comarca em que exercem seu ofício jurisdicional, salvo autorização do órgão disciplinar.
- III. Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de *exequatur* às cartas rogatórias.
- IV. Cabe ao Conselho da Justiça Federal exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, inclusive com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas a proposição II está correta;
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;

- d) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- e) Apenas as proposições I e IV estão corretas.

QUESTÃO N. 23

Analise as seguintes proposições:

- I. A declaração de inconstitucionalidade de lei, em ação direta de inconstitucionalidade, tem o condão de gerar efeitos repristinatórios das normas estatais revogadas pelo diploma objeto do processo de controle normativo *in abstracto*, de forma automática e independentemente de qualquer menção, nesse sentido, constante do Acórdão respectivo.
- II. Os Estados-Membros não dispõem de competência para instituir, no âmbito de seu ordenamento positivo, sistema de controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais contestados em face da Constituição Federal.
- III. Segundo a regra contida no artigo 8º da Emenda Constitucional n. 45/2004, as atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.
- IV. Na chamada “interpretação conforme a Constituição”, amplamente aceita pelo Supremo Tribunal Federal, tem-se, dogmaticamente, a declaração de que uma lei é constitucional com a interpretação que lhe é, então, conferida. Não poderá implicar, contudo, redução de texto da norma impugnada ou de subversão de seu sentido literal inequívoco. No sistema normativo brasileiro, resulta na procedência parcial da ação de inconstitucionalidade, na medida em que a norma em questão permanece no ordenamento jurídico pátrio, porém com a interpretação restritiva que a coloca em harmonia com a Constituição Federal.
- V. A norma constitucional segundo a qual “É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer” (CF/88, artigo 5º, XIII), é de eficácia limitada.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas uma proposição está correta;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas três proposições estão corretas;
- e) Apenas quatro proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 24

Assinale a alternativa incorreta:

- a) Compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República, os membros do Conselho Nacional de Justiça e o Advogado- Geral da União, nos crimes de responsabilidade.
- b) Prorrogar-se-á uma única vez por igual período a vigência de medida provisória que, no prazo de quarenta e cinco dias, contado da sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.
- c) A exploração de atividade econômica pelo Poder Público somente pode realizar-se por empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, ficando todas elas, nesse caso, sujeitas ao regime jurídico das empresas privadas, inclusive em relação às obrigações trabalhistas.
- d) A investidura em cargo ou emprego público depende de prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, sendo nulo contrato de trabalho celebrado sem a observância de tal requisito, conforme entendimento sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- e) A utilização em mensagem publicitária de programas e serviços dos órgãos públicos, patrocinada por dinheiro público, de imagem que identifique o governante viola o princípio constitucional da impessoalidade.

QUESTÃO N. 25

Considere as seguintes proposições:

- I. São servidores públicos: a) os servidores estatutários; b) os empregados públicos; c) os servidores temporários, contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, ocupantes de função pública.
- II. Como regra geral, o recrutamento do pessoal a ser contratado pelos órgãos da Administração Federal direta, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial da União, prescindindo de concurso público.
- III. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários: a) de dois cargos de professor; b) de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) de um cargo técnico ou científico com o mandato de vereador; d) e a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- IV. Aos juízes é vedado: a) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outro cargo ou função; b) receber custas ou participação em processos; c) dedicar-se à atividade político-partidária.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- d) Apenas a proposição I está correta;
- e) Apenas as proposições I, II e III estão corretas.

QUESTÃO N. 26

Considere as seguintes proposições:

- I. Nos casos de relevância e urgência, o Presidente da República pode adotar medidas provisórias com força de lei, as quais permanecem em vigor por 60

dias a contar da publicação, e devem ser submetidas de imediato ao Poder Legislativo. O prazo mencionado ficará suspenso durante o recesso do Congresso Nacional.

- II. Se rejeitada expressamente pelo Poder Legislativo, a medida provisória perderá seus efeitos retroativamente, cabendo ao Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes, através de decreto legislativo. No entanto, é permitida a reedição de tal medida provisória pelo Presidente da República.
- III. Não havendo apreciação da Medida Provisória em até 45 dias contados de sua publicação, a mesma entrará no denominado “regime de urgência”, durante o qual as demais deliberações da Casa Legislativa que estiver apreciando a medida provisória ficarão sobrestadas, até a conclusão da votação.
- IV. Em caso de relevância e urgência, é permitido aos Governadores de Estado e Prefeitos Municipais editar medidas provisórias, desde que, no primeiro caso, exista previsão expressa na Constituição Estadual e, no segundo, previsão na Constituição Estadual e na respectiva Lei Orgânica do Município. Essas Medidas Provisórias deverão ser submetidas, de imediato, ao Poder Legislativo local.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as proposições I, II e III estão corretas;
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas;
- c) Somente as proposições I e II estão corretas;
- d) Somente as proposições I e III estão corretas;
- e) Somente as proposições I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO N. 27

Considere as proposições abaixo:

- I. Na hipótese de vacância definitiva dos cargos de Presidente da República e de Vice-Presidente da República, ocorrida nos dois primeiros anos do mandato, far-se-á eleição direta. Se a vacância ocorrer nos dois últimos anos do mandato, a eleição para ambos os cargos será indireta, ou seja, feita pelo Congresso Nacional. Em qualquer destas hipóteses os eleitos somente completarão o período de seus antecessores.
- II. Os Ministros de Estado são auxiliares do Presidente da República, livremente nomeados. Uma das principais atribuições do Ministro de Estado é a de referendar os atos e decretos assinados pelo Presidente da República. A ausência do “referendum” do Ministro implicará nulidade do ato ou decreto.
- III. A autonomia dos Estados membros decorre de sua capacidade de auto-organização e normatização própria, autogoverno e auto-administração. A auto-organização revela-se pela edição das Constituições Estaduais e legislação estadual; o autogoverno, pela eleição direta dos representantes do Poder Legislativo e Executivo; e a auto-administração, pelo exercício de suas competências administrativas, legislativas e tributárias.
- IV. O Distrito Federal é ente federativo autônomo e, portanto, tem competência para legislar sobre sua organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Somente as proposições II, III e IV estão corretas;
- c) Somente as proposições I e IV estão corretas;
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas;
- e) Somente as proposições II e III estão corretas.

QUESTÃO N. 28

Análise as seguintes assertivas:

- I. Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, processual e tributário.
- II. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito econômico, penitenciário e eleitoral.
- III. Compete aos Municípios legislar sobre direito urbanístico e assuntos de interesse local.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira;
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira;
- c) Apenas a assertiva III é verdadeira;
- d) Existem duas ou mais assertivas verdadeiras;
- e) Nenhuma assertiva é verdadeira.

DIREITO PENAL

QUESTÃO N. 29

Considere as seguintes proposições:

- I. Age com dolo direto o chefe de seção de empresa que, para agilizar a produção, retira de máquina dispositivo de segurança que sabe ser necessário para evitar acidentes.

- II. São elementos do crime culposos a conduta; a inobservância do dever de cuidado objetivo; o resultado lesivo involuntário e a tipicidade, sendo irrelevante a previsibilidade.
- III. No crime de assédio sexual, o fato de o agente prevalecer-se de sua condição de superior hierárquico ou ascendência com relação ao ofendido é circunstância que agrava a pena.
- IV. Se o empregado comete crime em estrita obediência a ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, essa circunstância atenua a pena.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- e) Nenhuma proposição está correta.

QUESTÃO N. 30

Considere as seguintes proposições:

- I. A calúnia é crime formal, que se configura independentemente de qualquer resultado lesivo para a vítima.
- II. A jurisprudência tem entendimento de que a pessoa jurídica pode ser sujeito passivo de crime de difamação.
- III. Não constitui calúnia, injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- IV. Quem, a pedido de terceiro, anota na carteira de trabalho deste contrato de trabalho inexistente, para fim de prova perante a Previdência Social, comete crime de falsificação de documento particular.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas a proposição I está correta;
- e) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO N. 31

Considere as seguintes proposições:

- I. O tipo penal previsto no artigo 168-A do Código Penal (Apropriação indébita previdenciária) trata-se de crime próprio.
- II. Incorre nas penas do artigo 168-A do Código Penal (*Art. 168-A do Código Penal: "Deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa."*), com acréscimo de 1/3, quem deixa de recolher, no prazo legal, contribuição ou outra importância destinada à previdência social que tenha sido descontada de pagamento efetuado a segurados, a terceiros ou arrecadada do público.
- III. O crime de aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional somente se consuma se houver o efetivo êxodo dos trabalhadores.
- IV. A retenção dolosa do salário, considerada crime pelo artigo 7º, X, da Constituição Federal, não se constitui, até o momento, em tipo penal dotado de sanção específica.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas três proposições estão corretas;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas uma proposição está correta;
- e) Todas as proposições estão incorretas.

QUESTÃO N. 32

O empregado, vendedor em uma loja de peças para veículos, foi flagrado pela polícia civil quando transportava em sua motocicleta mercadorias sem nota fiscal, sendo preso em flagrante. Após a prisão e depois de apuração dos fatos pela empresa, foi dispensado sob a alegação de justa causa. A instrução processual, no Juízo trabalhista, comprovou a seguinte prática: o empregado recebia pedidos de peças de um cliente do Norte do país, fazia a venda e enviava a mercadoria. Parte da mercadoria era acompanhada de nota fiscal e parte era enviada sem nota fiscal. O pagamento das peças enviadas de forma irregular era feito diretamente ao empregado, por meio de depósito em sua conta corrente bancária e esses valores não eram repassados ao empregador. A prática viciosa só foi descoberta porque o cliente, cobrado por duplicatas não quitadas, enviou à empresa cópia dos depósitos bancários feitos em nome do empregado para pagamento das peças.

À vista da situação acima descrita, assinale a alternativa correta:

- a) Configurou-se o crime de furto qualificado com abuso de confiança e, na esfera trabalhista, restou caracterizada a falta grave do empregado.
- b) Configurou-se crime de apropriação indébita e, na esfera trabalhista, restou caracterizada a falta grave do empregado.
- c) Configurou-se crime, o que impede a despedida por justa causa, sob pena de caracterizar-se *bis in idem*.
- d) O empregador não pode, em razão do fato, dar notícia-crime, para evitar a caracterização de dano moral, já que não tomou as medidas cabíveis para impedir a prática ilícita no âmbito da empresa, estando, entretanto, caracterizada a falta grave do empregado.
- e) Configurou-se crime de extorsão em relação ao comprador das peças e falta grave do empregado.

QUESTÃO N. 33

Analisar as seguintes assertivas:

- I. A tentativa na contravenção penal não é passível de punição.
- II. Segundo a lei penal, quando o agente, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, somente responde pelos atos já praticados. Há desistência voluntária quando o agente, embora tenha iniciado a execução do crime, não a leva adiante, desistindo da consumação. Basta que a desistência seja voluntária, não se exigindo que seja espontânea.
- III. Não há punição a ser aplicada se, nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, houver arrependimento posterior, sendo reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras;
- b) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras;
- c) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras;
- d) Todas as assertivas são verdadeiras;
- e) Apenas uma assertiva é verdadeira.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO N. 34

Considere as seguintes proposições:

- I. O devedor que pagar espontaneamente dívida prescrita poderá exercer em juízo pretensão de repetição.
- II. Todas as pretensões condenatórias estão sujeitas à prescrição. Se a lei não estabelecer prazo específico de prescrição de alguma pretensão condenatória, o prazo de prescrição dessa pretensão é de 10 anos.
- III. As pretensões que se exercem mediante ação declaratória também se sujeitam à prescrição.

- IV. Prescreve em cinco anos a pretensão dos profissionais liberais em geral, procuradores judiciais, curadores e professores pelos seus honorários, contado o prazo da conclusão dos serviços, da cessação dos respectivos contratos ou mandato.
- V. Os prazos de prescrição podem ser diminuídos ou aumentados por meio de negócio jurídico.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

QUESTÃO N. 35

Considere as seguintes proposições

- I. Segundo a doutrina, o princípio da boa-fé objetiva tem, dentre outras funções, a de delimitar o exercício de direitos subjetivos.
- II. A manifestação de vontade feita com reserva mental conhecida do declaratório é causa de inexistência do negócio jurídico.
- III. O ato praticado com abuso de direito é nulo. A nulidade poderá ser argüida pela parte, por qualquer interessado ou pelo Ministério Público, e deverá ser declarada *ex officio* pelo juiz.
- IV. Tendo havido intuito de prejudicar a terceiros ou infringir preceito de lei, nada poderão alegar, ou requerer os contraentes em juízo quanto à simulação do ato, em litígio de um contra o outro, ou contra terceiros.
- V. A pessoa que celebrou negócio jurídico sob erro substancial somente conseguirá invalidar o ato demonstrando que o co-contratante sabia do erro, ou poderia descobri-lo, se fosse diligente, como uma pessoa normal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

QUESTÃO N. 36

Considere as seguintes proposições:

- I. É da essência da relação obrigacional a sua transitoriedade, motivo pelo qual se pode afirmar que não existe obrigação perene.
- II. Não é juridicamente exigível que desde o nascedouro da relação obrigacional os respectivos sujeitos (credor e devedor) estejam precisamente individualizados.
- III. Não é permitida a cessão de crédito litigioso.
- IV. Havendo previsão contratual de cláusula penal compensatória e diante do total inadimplemento da obrigação, poderá o devedor, a seu critério, pagar a multa, resolvendo a obrigação, sem que o credor lhe possa exigir o cumprimento específico do avençado.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- b) Apenas as proposições I e III estão corretas;
- c) Apenas a proposição III está incorreta;
- d) Todas as proposições estão incorretas;
- e) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 37

A respeito da **teoria da imprevisão**, considere as seguintes proposições:

- I. Trata-se de criação da doutrina e da jurisprudência, ainda não sistematizada pelo ordenamento jurídico positivado do Brasil.
- II. Aplica-se, tão-somente, aos contratos bilaterais comutativos.
- III. Exige a lei, dentre outros requisitos, que a prestação de uma das partes se torne excessivamente onerosa em contraponto à extrema vantagem da outra.
- IV. Não se aplica aos contratos de execução diferida.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas três proposições estão corretas;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas uma proposição está correta;
- e) Todas as proposições estão incorretas.

QUESTÃO N. 38

Analisar as seguintes proposições:

- I. Tratando-se o nome de direito personalíssimo, garantido pela legislação civil, poderá o adotado maior de idade conservar o sobrenome dos pais de sangue, sendo-lhe ainda facultado acrescentar a este o sobrenome do adotante.
- II. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil os menores de dezesseis anos, os que por deficiência mental não tiverem discernimento para a prática de tais atos e os pródigos.
- III. O nascituro é sujeito de direitos, mas somente adquire a personalidade jurídica com o nascimento com vida.
- IV. A emancipação, para o menor que tiver dezesseis anos completos, poderá ocorrer pela concessão dos pais, ou de apenas um deles na falta do outro, através de instrumento público, independentemente de homologação judicial.

- V. Segundo a legislação civil, o menor de mais de dezesseis e menos de dezoito anos pode ser admitido como testemunha.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas quatro proposições estão corretas;
- c) Apenas três proposições estão corretas;
- d) Apenas duas proposições estão corretas;
- e) Apenas uma proposição está correta.

QUESTÃO N. 39

A existência da pessoa natural encerra-se com a morte, nos termos do art. 6º do Código Civil, deixando de ser sujeito de direitos e obrigações.

Considere as seguintes proposições a respeito do tema:

- I. Com a morte do beneficiário, cessam os benefícios da assistência judiciária gratuita, conferidos pela Lei 1.060/50.
- II. Com a morte do empregador constituído em empresa individual, faculta-se ao empregado rescindir o contrato de trabalho.
- III. Com a morte do credor de alimentos, cessa a obrigação do devedor de prestá-los.
- IV. Com a morte do empregado, os valores devidos pelo empregador serão pagos aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, observando-se, em qualquer das hipóteses, a divisão dos valores nos termos da legislação civil, inclusive no que tange à meação do cônjuge sobrevivente.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;

- b) Apenas três proposições estão corretas;
- c) Apenas duas proposições estão corretas;
- d) Apenas uma proposição está correta;
- e) Todas as proposições estão incorretas.

QUESTÃO N. 40

Analise as proposições seguintes:

- I. São imóveis por acessão intelectual aqueles bens móveis que o proprietário destina ao imóvel para o explorar, aumentar sua utilidade ou o embelezar. Tal imobilização decorre de uma ficção legal que visa a evitar que tais bens móveis se separem do imóvel contra a vontade do proprietário.
- II. São exemplos de imóveis por disposição legal, a enfiteuse, a servidão predial, o usufruto, o penhor agrícola e o direito à sucessão aberta.
- III. Os bens móveis podem sê-lo por sua própria natureza e por disposição legal, sendo exemplos dos últimos o “know-how” (conhecimento técnico de valor econômico, referente à indústria ou a comércio) e as energias que tenham valor econômico.
- IV. Os bens fungíveis são substituíveis porque são idênticos, econômica, social e juridicamente e os bens infungíveis são insubstituíveis porque tomados em consideração de suas qualidades individuais. No entanto, um bem fungível, por vontade das partes, pode tornar-se infungível.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Estão corretas somente as proposições II e IV;
- c) Estão corretas somente as proposições I, III e IV;
- d) Estão corretas somente as proposições I e IV;
- e) Estão corretas somente as proposições II e III.

QUESTÃO N. 41

No que respeita ao bem de família, considere as proposições a seguir:

- I. O terceiro também poderá instituir bem de família, devendo fazê-lo por testamento ou doação, sendo que a eficácia dependerá da aceitação dos cônjuges que serão beneficiados ou da entidade familiar que será beneficiada.
- II. O bem de família visa à proteção desta, e é isento de execução por dívidas de qualquer natureza posteriores à sua instituição, inclusive de despesas de condomínio. A isenção durará enquanto viver um dos cônjuges ou, na falta destes, até que os filhos completem a maioridade.
- III. O bem de família não pode abranger valores mobiliários, e consistirá sempre em prédio residencial urbano ou rural, destinado a domicílio familiar.
- IV. A mera dissolução da sociedade conjugal não extingue o bem de família. No entanto, se a dissolução da sociedade conjugal decorrer da morte de um dos cônjuges, a extinção do bem de família pode ser requerida pelo sobrevivente, se tal bem for o único do casal.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Somente as proposições I e IV estão corretas;
- c) Somente as proposições III e IV estão corretas;
- d) Somente as proposições I, II e III estão corretas;
- e) Somente as proposições II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO N. 42

Análise as seguintes assertivas:

- I. De acordo com o Código Civil brasileiro, o simples exercício de uma atividade econômica, ainda que sem habitualidade, é suficiente para caracterização do empresário.

- II. Escritor profissional, que desenvolve atividade intelectual contando com colaboradores, é considerado empresário.
- III. É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira;
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira;
- c) Apenas a assertiva III é verdadeira;
- d) Existem duas ou mais assertivas verdadeiras;
- e) Nenhuma assertiva é verdadeira.

QUESTÃO N. 43

Analise as seguintes assertivas:

- I. Havendo culpa no desempenho de suas funções, os administradores respondem subsidiariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados.
- II. Segundo o Código Civil brasileiro, a sociedade pode opor a terceiros o excesso por parte dos administradores somente na hipótese de a limitação de poderes estar inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade.
- III. O sócio ingressante, salvo na hipótese de expressa previsão contratual onde declare conhecer a situação econômico-financeira da sociedade, não responde por dívidas sociais anteriores à admissão.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas a assertiva I é verdadeira;
- b) Apenas a assertiva II é verdadeira;
- c) Apenas a assertiva III é verdadeira;
- d) Existem duas ou mais assertivas verdadeiras;

e) Nenhuma assertiva é verdadeira.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

QUESTÃO N. 44

Considere as seguintes proposições:

- I. O pagamento do salário-família será devido a partir da data da apresentação da certidão de nascimento do filho ou da documentação relativa ao equiparado, estando condicionado à apresentação anual de atestado de vacinação obrigatória, até cinco anos de idade, e de comprovação semestral de frequência à escola do filho ou equiparado, a partir dos sete anos de idade.
- II. A segurada que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela previdência social, no prazo de doze meses após a cessação das contribuições, estando desempregada, fará jus ao recebimento do salário-maternidade, que será pago diretamente pela previdência social, nos casos de demissão antes da gravidez, ou, durante a gestação, nas hipóteses de dispensa por justa causa ou a pedido.
- III. Segundo o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, a adesão a planos de demissão voluntária ou similar dá direito ao benefício do seguro-desemprego.
- IV. O empregado doméstico despedido sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses. O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS, que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da despedida sem justa causa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Apenas as proposições II e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições I, II e III estão corretas;
- e) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas.

QUESTÃO N. 45

Considere as seguintes proposições:

- I. São prestações previdenciárias que independem de carência, dentre outras:
 - a) auxílio-doença e aposentadoria por invalidez nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa e de doença profissional ou do trabalho;
 - b) salário-maternidade para as seguradas empregada, trabalhadora avulsa, empregada doméstica e seguradas contribuintes individuais.
- II. É de dez anos o prazo de prescrição de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.
- III. A lei considera como dia do acidente, no caso de doença profissional ou do trabalho, a data do início da incapacidade laborativa para o exercício da atividade habitual, ou o dia da segregação compulsória, ou o dia em que for realizado o diagnóstico, valendo para este efeito o que ocorrer primeiro.
- IV. Segundo a legislação vigente, a comprovação da doença ocupacional independe da emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho pela empresa, podendo a comprovação ser feita por meio do nexó epidemiológico.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as proposições III e IV estão corretas;
- b) Apenas as proposições I, III e IV estão corretas;
- c) Apenas as proposições I e IV estão corretas;
- d) Apenas as proposições II, III e IV estão corretas;

e) Todas as proposições estão corretas.

QUESTÃO N. 46

Considere as seguintes proposições relativas à seguridade social:

- I. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- II. A organização da Seguridade Social, de competência do Poder Público, conforme disposto em lei, tem por princípio, dentre outros, a unidade da base de financiamento.
- III. A gestão administrativa da seguridade social, de caráter democrático e descentralizado, far-se-á mediante gestão tripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo nos órgãos colegiados.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Todas as proposições estão incorretas;
- c) Apenas a proposição I está correta;
- d) Apenas as proposições I e II estão corretas;
- e) Apenas a proposição III está correta.

QUESTÃO N. 47

Das alternativas abaixo, indique aquela que contém parcela que integra o salário-de-contribuição:

- a) Licença-prêmio indenizada.
- b) Décimo terceiro salário.
- c) A parcela recebida a título de vale-transporte, na forma da legislação pertinente.
- d) A indenização adicional prevista pelo art. 9º da Lei 7.238 de 29.10.1984.

e) Aviso prévio indenizado.

QUESTÃO N. 48

Observe as seguintes proposições:

- I. As prestações da previdência social são o gênero, do qual são espécies os benefícios e os serviços. Algumas prestações somente são devidas para os segurados, outras somente para os dependentes e outras para ambos, como é o caso do serviço social e da reabilitação profissional.
- II. Uma vez existente a relação jurídica que caracteriza a pessoa como empregada, empregada doméstica ou trabalhadora avulsa, deve ser considerada beneficiária do Regime Geral da Previdência Social, ainda que não tenha havido recolhimento das contribuições para com a Seguridade Social.
- III. São beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, como dependentes do segurado, o cônjuge, a companheira e o filho, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, os pais, o irmão, de qualquer condição, menor de 21 anos ou inválido, a pessoa designada, menor de 21 anos ou maior de 60 anos ou inválida.
- IV. Quando o aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social permanece em atividade sujeita ao mesmo regime, não faz jus a prestações da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família, à reabilitação profissional, ao auxílio-acidente e ao abono de permanência em serviço.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente são corretas as proposições II, III e IV;
- b) Somente são corretas as proposições II e III;
- c) Somente são corretas as proposições I e II;
- d) Somente são corretas as proposições I e IV;

e) Todas as proposições são corretas.

QUESTÃO N. 49

Considere as proposições a seguir:

- I. O benefício de prestação continuada garante o pagamento mensal do valor correspondente a um salário mínimo à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais, desde que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem desta ser provida por sua família.
- II. Também são equiparados ao acidente de trabalho, para efeitos previdenciários, o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local de trabalho e horário de trabalho, em viagem para estudo, mesmo que utilizado como meio de locomoção veículo de propriedade do segurado.
- III. É devido ao segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, o salário-família, na proporção do número de filhos ou equiparados, com idade até 14 anos ou inválidos de qualquer idade. O salário-família não será incorporado ao salário para qualquer efeito.

Assinale a alternativa correta:

- a) Todas as proposições estão corretas;
- b) Somente estão corretas as proposições II e III;
- c) Somente estão corretas as proposições I e III;
- d) Somente está correta a proposição I;
- e) Somente estão corretas as proposições I e II.

QUESTÃO N. 50

Considerando a legislação vigente, examine as seguintes proposições:

- I. Serão executadas ex-officio as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de

condenação ou homologação de acordo, inclusive sobre os salários pagos durante o período contratual reconhecido.

- II. Em ações trabalhistas, nos acordos homologados em que não figurarem, discriminadamente, as parcelas legais de incidência da contribuição previdenciária, esta incidirá sobre o valor total do acordo homologado.
- III. É considerada como discriminação de parcelas legais de incidência de contribuição previdenciária a fixação de percentual de verbas remuneratórias e indenizatórias constantes dos acordos homologados.
- IV. A contribuição do empregado no caso de ações trabalhistas será calculada mês a mês, observado o limite máximo do salário-de-contribuição.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas três proposições estão corretas;
- b) Apenas duas proposições estão corretas;
- c) Apenas uma proposição está correta;
- d) Todas as proposições estão corretas;
- e) Todas as proposições estão erradas.